

3 Fundamentação teórica

Este capítulo tratará das bases teóricas que fundamentam a pesquisa e de conceitos que ajudarão na análise do *corpus*. Como fundamentação teórica, utilizaremos a Teoria Funcionalista da Linguagem (NEVES, 1997), a Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994; GOUVEIA, 2009) e a Gramática Funcional do Discurso (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008; CAMACHO, 2006).

3.1 A teoria funcionalista da linguagem

A teoria funcionalista da linguagem aparece em meados do século XX como uma forma de reação aos estudos formalistas desenvolvidos até então. Existem diferentes modelos de funcionalismo, apesar disso, todos têm uma base em comum que é o fato de considerarem a língua como algo indissociável do meio externo, levando em conta todos os aspectos relacionados à situação comunicativa.

Na perspectiva funcionalista, porém, não se considera que uma descrição da estrutura da sentença seja suficiente para determinar o som e o significado da expressão linguística, entendendo-se que a descrição completa precisa incluir referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e seu estatuto dentro da situação de interação determinada socioculturalmente. (NEVES, 1997, p.23)

A partir disso, pode-se perceber que, para o paradigma funcionalista, a língua não é um fenômeno autônomo e isolado, mas sim um fenômeno que só existe em situações reais de comunicação, ou seja, ela é um instrumento de interação social cuja principal função é estabelecer comunicação entre os usuários. “Na verdade, a gramática funcional tem sempre em consideração o uso das expressões linguísticas na interação verbal, o que pressupõe uma certa pragmatização do componente sintático-semântico do modelo linguístico.” (NEVES, 1997, p.16)

Dentro dessa perspectiva, a pragmática torna-se o elemento que abrange a semântica e a sintaxe; neste sistema, a sintaxe serve de instrumento à semântica,

que serve de instrumento à pragmática, não havendo lugar para uma sintaxe autônoma, como defende o paradigma formalista.

Isso implica outro aspecto do modelo funcionalista: as gramáticas funcionais são paradigmáticas, ou seja, interpretam a língua como uma rede de relações e as estruturas são a realização dessas relações. Nas palavras de Halliday, “Em uma gramática funcional (...) uma língua é interpretada como um sistema de significados, acompanhados de formas através das quais os significados podem ser realizados.” (HALLIDAY, 1994, xiv.) [tradução nossa].⁷

Assim, o paradigma funcional surge como uma alternativa em se aliar contexto social à estrutura gramatical, o que foi ignorado pelo paradigma formalista, que tomava o sistema linguístico como algo autônomo e isolado de fatores externos.

3.2

A linguística sistêmico-funcional

A linguística sistêmico-funcional (LSF) foi desenvolvida em meados do século XX por estudiosos das Universidades de Sydney e Macquarie, na Austrália (Gouveia, 2009), sendo seu principal representante Michael Alexander Kirkwood Halliday. Halliday questionava-se sobre a natureza da língua e acreditava que “A natureza da língua está intimamente relacionada com as necessidades que lhe impomos, com as funções que deve servir.” e que “(...) todos nós usamos a língua como um meio de organizarmos outras pessoas e determinarmos os seus comportamentos.”(Gouveia, 2009, p. 14).

Nas palavras de Gouveia (2009):

A Linguística Sistêmico-Funcional (...) corresponde a uma teoria geral do funcionamento da linguagem humana, concebida a partir de uma abordagem descritiva baseada no uso linguístico. Em concreto, trata-se de uma teoria de descrição gramatical, uma construção teórico-descritiva coerente que fornece descrições plausíveis sobre o como e o porquê de a língua variar em função de e em relação com grupos de falantes e contextos de uso. Mas, para além de ser uma teoria de descrição gramatical, razão pela qual adquire muitas vezes a designação mais restrita de Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), ela fornece também instrumentos de descrição, uma técnica e uma metalinguagem que são úteis para a análise de textos, (...). (p. 14)

⁷ “In a functional grammar, (...) A language is interpreted as a system of meanings, accompanied by forms through which the meanings can be realized.” (HALLIDAY, 1994)

Ou seja, a LSF é uma teoria que estuda a linguagem em uso, por isso pode-se dizer que é uma teoria exotrópica, pois extrapola os limites do objeto de estudo, considerando o contexto em que está inserido, partindo do princípio de que o sistema linguístico é aberto e dinâmico.

Além disso, a palavra **sistêmica** está relacionada ao fato de a língua ser um sistema de possibilidades do que pode ser usado pelos falantes. A partir dos significados que o usuário quer expressar, ele determina suas escolhas, o que mostra que a LSF tem base paradigmática. “A consideração do sistêmico implica a consideração de escolhas entre os termos do paradigma, sob a ideia de que escolha produz significado.” (Neves, 1997, p. 60).

“Sistema” é usado no sentido firthiano de paradigma funcional, mas é desenvolvido no construto formal de uma rede sistêmica, o que configura uma teoria da língua enquanto escolha. À interpretação funcionalista da linguística se acopla uma descrição sistêmica, na qual a gramática toma a forma de uma série de estruturas sistêmicas, cada estrutura representando as escolhas associadas com um tipo de constituinte. (HALLIDAY, 1967, p. 37, *Apud* NEVES, 1997, p. 59)

Com essa “rede de escolhas”, a língua se organiza para cumprir sua função⁸ essencial, que é a interação social. Entretanto, para além dessa função, a linguagem ainda desempenha três funções fundamentais: expressar conteúdo, dando conta da experiência de mundo; estabelecer e manter relações sociais e estabelecer relações entre as partes do enunciado e entre elas e a situação em que estão inseridas (Gouveia, 2009). Essas funções são chamadas respectivamente de: ideacional, interpessoal e textual que, na literatura da LSF, são denominadas **metafunções**, como explica Halliday (2004):

“toda a arquitectura da linguagem se organiza em linhas funcionais. A linguagem é como é, por causa das funções em que se desenvolveu na espécie humana. O termo “metafunção” foi adoptado para sugerir que função é um componente nuclear na totalidade da teoria.” (p. 31, *Apud* GOUVEIA, 2009, p. 17)

⁸ “(...) função vai ser interpretada não somente como o uso da língua, mas também como uma propriedade fundamental da linguagem em si, algo que é básico para a evolução do sistema semântico” (HALLIDAY, 1989, p. 17) [tradução nossa].

Halliday analisa a oração⁹ em três instâncias que se relacionam diretamente com as três metafunções; são elas: oração como mensagem (metafunção textual), oração como troca (metafunção interpessoal) e oração como representação (metafunção ideacional). As orações e as funções que elas exercem são influenciadas principalmente por três noções que são fundamentais à LSF: contexto, gênero e registro que serão abordadas na próxima sessão.

3.2.1 Contexto, gênero e registro

Para a LSF, a noção de contexto é muito importante já que considera o sistema linguístico aberto, isto é, em constante relação entre si e com o mundo externo, diferente da concepção formalista de sistema fechado e autônomo.

Assim, torna-se fundamental atentar-se ao fato de que a abordagem feita pela LSF é topo-base (*top down*), pois parte do contexto para chegar ao texto e à oração. Isso quer dizer que o aspecto contextual é realizado pelo conteúdo através da lexicogramática.

Halliday aponta dois contextos principais: o cultural e o situacional. O primeiro engloba o segundo, onde está contido o texto. Ao contexto cultural pertencem todos os aspectos históricos, sociais, políticos de uma sociedade. Já o situacional refere-se ao momento em que está inserido o texto. Dessa forma, os significados que queremos “fazer” ou transmitir, a partir do contexto em que a interação está inserida, ajudam a configurar os recursos lingüísticos.

Ou seja, a relação entre a língua e os seus contextos de uso, ou dito de outra forma, a relação entre um texto e o seu contexto, é de tal forma motivada que, a partir de um contexto, será possível prever os significados que serão activados e as características lingüísticas potenciais mais previsíveis para as codificar em texto. Da mesma forma, dado um texto, será possível deduzir o contexto em que o mesmo foi produzido, porquanto as características lingüísticas seleccionadas num texto codificarão dimensões contextuais, tanto do contexto de produção imediato, situacional – quem diz o quê, a quem, por exemplo – como do contexto mais geral, cultural – que tarefa está o texto a desempenhar na cultura. (GOUVEIA, 2009, p. 25-26)

⁹ “unidade principal de processamento da lexicogramática, porque é nela que os significados são mapeados numa estrutura gramatical integrada.” (HALLIDAY, 2004, P. 10, *Apud*, GOUVEIA, 2009, p. 20)

Esses níveis contextuais cultural e situacional relacionam-se às noções de gênero e registro, respectivamente. O gênero e o registro são duas dimensões de variação entre os textos; eles permitem identificar como e por que os textos são diferentes.

Os gêneros estão relacionados às atividades culturais desenvolvidas em determinada sociedade; cada gênero possui um objetivo diferente, o que faz com que os interlocutores se apropriem da linguagem como forma de atingi-lo. “Os gêneros são modos diferentes de usar a língua para realizar tarefas culturalmente estabelecidas também diferentes (...)” (Gouveia, 2009, p. 28).

É interessante acrescentar a essa noção de propósito ou finalidade do gênero a noção de registro, que está ligado, como já foi dito, ao contexto situacional. Isto significa dizer que o registro é a variação que ocorre de acordo com o uso, ou seja, utilizar certas estruturas dependerá do contexto em que está inserido determinado texto.

O registro é caracterizado por três dimensões: o campo (*field*), as relações (*tenor*) e o modo (*mode*); estas dimensões estão associadas às três metafunções (ideacional, interpessoal e textual). O campo é a variável relativa à codificação da experiência, determinando os significados ideacionais; a variável relações está ligada aos participantes da interação, determinando os significados interpessoais e o modo é a variável que configura como a linguagem funciona, determinando os significados textuais.

Todos esses níveis influenciarão na escolha do usuário por uma e não outra estrutura linguística, o que faz com que cada alteração represente um valor semântico diferente, mostrando que tal alteração foi motivada por algum desses fatores tidos como “extralinguísticos”. Por isso, torna-se importante acrescentar a este trabalho os estudos sobre a Gramática Funcional do Discurso, que será abordada na próxima sessão.

3.3 A Gramática Funcional do Discurso

A Gramática Funcional do Discurso (doravante GFD) foi projetada por Hengeveld (2004) a partir dos estudos desenvolvidos por Simon Dik (1997) sobre a Gramática Funcional (GF). Dessa forma, Hengeveld adicionou o discurso como parte integral e significativa do modelo funcionalista. Entretanto, o interesse continua sendo a gramática, porém, como ressalta Camacho (2006, p. 167), “(...) uma gramática formalizada que incorpore fenômenos inerentes ao processamento do discurso entre os interlocutores (...)” Como definiram Hengeveld e Mackenzie (2008),

A Gramática Funcional do Discurso é um reconhecimento funcional-tipológico da língua que (i) tem uma organização *top-down*; (ii) toma o ato discursivo e não as sentenças como forma básica de análise; (iii) analisa os atos discursivos como módulos pragmáticos, semânticos, morfossintáticos e fonológicos independentes, os quais interagem para produzir formas lingüísticas apropriadas; (iv) é sistematicamente ligado aos componentes conceitual, contextual e de saída. (p.1) [tradução nossa]¹⁰

Segundo Hengeveld (2004, *Apud* CAMACHO, 2006), o modelo funcionalista tem como objetivo a construção de um sistema de representação formal. Para isso, é necessário agregar aspectos comunicacionais a esse sistema. Assim, Hengeveld apresenta uma organização oracional vertical, incluindo na análise da oração dois aspectos ligados ao discurso, o interpessoal e o representacional. Esse enfoque é conhecido como organização em camadas ascendentes (*upward layering*).

Para Hengeveld, é importante expandir a GF da sentença para o discurso, pois:

Há, em primeiro lugar, muitos fenômenos lingüísticos que podem ser explicados somente em termos de unidades maiores que a sentença individual. Há, em

¹⁰ “Functional Discourse Grammar is a functional-typological approach to language that (i) has a top-down organization; (ii) takes acts in discourse rather than sentences as the basic units of analysis; (iii) analyzes discourse acts in terms of independent pragmatic, semantic, morphosyntactic, and phonological modules, which interact to produce the appropriate linguistic forms; (iv) is systematically linked to a conceptual, a contextual, and an output component.” (HENGEVELD & Mackenzie, 2008, p.1)

segundo lugar, muitas expressões linguísticas menores que a sentença individual, que, todavia, funcionam como enunciados completos e independentes dentro do discurso, como frases elípticas, exclamações e vocativos. (CAMACHO, 2006, p. 171)

Essa organização sugere que, para se fazer a análise de um componente gramatical, é preciso considerar outros três componentes que interagem com o primeiro, são eles: o componente conceitual, onde surge a intenção comunicativa e, segundo a GFD, onde começa a se postular a informação; o componente contextual, onde estão armazenados todos os aspectos comunicacionais que podem influenciar o componente gramatical; e, por fim, o componente de saída, responsável pela produção fonológica ou gráfica do ato discursivo.

Hengeveld (2004a) reconhece a necessidade de uma gramática organizada em três níveis: o nível Interpessoal, o Representacional e o Estrutural, (...).

Outro avanço importante é o reconhecimento de um Componente Contextual e de um Componente Cognitivo, que contêm elementos essenciais do contexto com o qual os três módulos interagem. O Componente Gramatical é conectado ao Componente Conceitual, ao Contextual e à expressão (*output*). (CAMACHO, 2006, p.171)

Assim, a GFD torna-se uma abordagem diferente das outras por considerar a língua como instrumento de uma realidade pragmática, por manter relações comunicativas, e psicológica, por obedecer a restrições cognitivas na produção e interpretação do discurso. Dessa forma, podemos perceber que o modelo de uma Gramática Funcional do Discurso opera de cima para baixo (*top-down*), isto é, as situações apresentadas nos níveis superiores (interpessoal e representacional) determinam as escolhas feitas nos níveis inferiores (morfossintático e fonológico).

3.3.1 Os níveis de organização na GFD

Podemos observar que, na GFD, há três níveis que participam da produção de enunciados: o nível interpessoal, o nível representacional e o nível da expressão. Esses níveis sofrem influência do contexto de comunicação (realidade pragmática) e da cognição (realidade psicológica).

No nível interpessoal estão inseridos os aspectos de interação entre falante/ouvinte que interferem na escolha da unidade linguística. Neste nível,

considera-se que o falante emprega uma estratégia mais ou menos consciente para atingir seus objetivos comunicativos.

Através do nível interpessoal, o falante escolhe a melhor forma de realizar seu enunciado, levando em conta seus propósitos comunicativos e o conhecimento de mundo do ouvinte, facilitando a produção e a interpretação dos enunciados.

Ou seja, este é o primeiro momento da interação, onde o falante observa todas as informações pragmáticas e contextuais em que está inserido para decidir a melhor forma de alcançar seu propósito comunicativo. Depois disso, a formulação do enunciado passa ao próximo passo, que é o nível representacional.

O nível representacional considera a relação entre a unidade linguística e o mundo que ela descreve, isto é, está relacionado à designação e à semântica das estruturas linguísticas. Nas palavras de Camacho (2006, p 175), “O Nível Representacional explica, assim, os aspectos formais que refletem o papel de uma unidade linguística no estabelecimento de uma relação com o mundo real ou imaginado que ela descreve, independentemente do modo como essa unidade é usada na comunicação.”

Dessa forma, esses dois níveis dão conta da relação da sentença com a situação comunicativa, considerando elementos ditos “extralinguísticos” como essenciais para que a interação chegue aos dois últimos níveis de forma eficiente.

Após as etapas de intenção e formulação, determinadas pelo nível interpessoal, e de codificação, determinada pelo nível representacional, chega-se à fase de articulação e expressão. Nessas fases encontramos o nível morfosintático, responsável por estabelecer as relações lineares, sejam elas dentro da própria palavra ou entre palavras (sintagmáticas); e o nível fonológico, responsável pela produção concreta dos enunciados.

O Componente de saída é o resultado das influências de todos esses aspectos que determinam as escolhas do enunciador, o que nos leva a crer que as conjunções concessivas não sejam intercambiáveis já que cada uma delas representa de forma diferente a intenção do falante, modificando, conseqüentemente, a interpretação do ouvinte.

3.4

Metodologia da análise

Baseando-nos nas perspectivas da linguística sistêmico-funcional e da gramática funcional do discurso, analisaremos 254 enunciados retirados dos *corpora* do NILC (Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional) / São Carlos disponíveis no *site* Linguateca.

A partir dos dados encontrados e da sistematização feita por Monteiro (1998), primeiramente, observaremos os tempos e modos verbais em ocorrência nas orações principais e nas subordinadas concessivas; em seguida, analisaremos as implicações semânticas que cada conjunção ou locução conjuntiva traz à sentença que introduz.

A segunda sessão da análise será reservada à comparação entre os usos das conjunções e locuções conjuntivas concessivas; tentaremos mostrar que, apesar de se assemelharem pelo valor contrastivo, elas apresentam sentidos secundários importantes à escolha do enunciador, o qual as utiliza de acordo com sua estratégia argumentativa.

Na terceira sessão, apresentaremos uma proposta de sistematização visando ao ensino-aprendizagem de PL2E, dando mais ferramentas aos professores de Português como segunda língua, o que ampliará a competência linguística dos aprendizes não nativos.

Assim, ofereceremos um estudo semântico detalhado sobre as estruturas concessivas que facilitará o trabalho do professor de PL2E, assim como o aprendizado do aluno não nativo.